

Política & Poder

VENDA PARA LÁ DE SUSPEITA

TCDFF adia o julgamento

Presidente, que desempatará a votação, admite que operação exige reestudo

Suzano Almeida

suzano.almeida@jornaldebrasil.com.br

A decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) sobre a venda de terreno na QL 24 do Lago Sul ficará provavelmente para a semana que vem. Diante da dificuldade em decidir sobre a legalidade do negócio, desejado pela Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), o presidente da Corte, Inácio Magalhães preferiu aguardar para dar seu voto. Ele desempatará a disputa, que está em dois a dois.

A decisão foi tomada após reunião com o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa, Robério Negreiros (PMDB), a deputada federal Érika Kokay (PT) e a ambientalista Natany Osório, que foram ao gabinete de Magalhães para sensibilizá-lo sobre a reivindicação dos moradores. Eles temem que o shopping a ser instalado no local destrua as nascentes que existem na área, que fica à beira do Lago Paranoá.

QUESTÃO COMPLEXA

Inácio Magalhães afirmou aos participantes do encontro que o as-

sunto é muito complexo e que vai requerer maior entendimento das partes. O presidente do TCDF argumentou que auditores e técnicos do Tribunal também ficaram divididos sobre a legalidade do negócio, o que se refletiu em plenário, na última semana, quando os conselheiros Paulo Tadeu, ex-secretário de Governo de Agnelo Queiroz, e Anilcécia Luzia Machado, fossem favoráveis a venda do lote. Renato Rainha e Paiva Martins foram contra a venda nos moldes apresentados pela Terracap.

Na semana passada, o procurador-geral do Ministério Público de Contas, Demóstenes Albuquerque, se posicionou contra a negociação. Segundo ele, as explicações dadas pela Terracap, que já havia recebido uma negativa do próprio TCDF, não o convenceram, pois não apresentaram estudos que comprovassem a transparência do negócio.

Outro aspecto levantado pelo procurador-geral foi a queda de 35% no preço do imóvel que, de acordo com auditores, valeria R\$ 162 milhões, mas pelas contas da Terracap apenas R\$ 106 milhões.

O presidente do TCDF foi informado de que a desvalorização teria ocorrido devido a gravames tributários — ou seja, dívidas do passado — mas isso se revelou falso. Dessa forma, a queda no valor continua sob suspeita.

saiba mais

» **Servidor da Terracap, que preferiu não se identificar, informou que, além das questões já expostas, outra contradição está posta sobre a destinação do lote.**

» **Segundo a fonte da Terracap, o terreno não passou pelo Plenário da Câmara Legislativa, para que a destinação fosse alterada. O documento aprovado pela Casa indica que ele está destinado à hotelaria ou lazer, porém o maior interessado seria um shopping.**

Robério Negreiros: temor é de que shopping detone área de proteção ambiental e crie problema viário no Lago Sul

Conselheiro não deve votar

A sessão que decidiu o placar parcial do embate entre Terracap e a população do Lago Sul foi realizada na terça-feira da semana passada. Mesmo sendo seis os conselheiros em exercício no Tribunal de Contas do DF, só quatro votara. Resta apenas o voto do presi-

dente da corte, Inácio Magalhães.

Isso ocorre porque o conselheiro Manoel Paulo Andrade Neto, o Manoelzinho, está em viagem e por isso não deverá votar.

Diferentemente de outros tribunais, não é necessária a participação de todos os conselheiros. É por esse motivo que Manoelzinho não precisará ser aguardado para que o presidente dê seu voto e o veredicto.

A decisão ficou provavelmente para a semana que vem. Até lá, Inácio deverá se reunir com técnicos para que sejam dados novos pareceres, capazes de fundamentar a permissão ou o veto à venda do terreno.



RAPHAEL RIBEIRO

Desigualdade

Faltam mulheres nos parlamentos

Apenas 8,6% das cadeiras de parlamentares, no País, são ocupadas por mulheres. O dado foi levado à abertura da XI Reunião Anual da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, que ocorre na Câmara Legislativa pela conselheira regional da ONU Mulheres, Irune Aguirrezabal.

Segundo ela, o Brasil tem um dos piores índices de toda a América, tudo isso quando se sabe que a inserção da mulher nos parlamentos

faz parte da construção de uma sociedade “mais justa e igualitária”.

O presidente da Câmara Legislativa, Wasny de Roure (PT), reconheceu a deficiência em todos os poderes, mas ressaltou que o Brasil é presidido por uma mulher.

Dos 24 parlamentares que com-

põem o Legislativo local, cinco são mulheres: Arlete Sampaio (PT), Luzia de Paula (PEN), Celina Leão (PDT), Liliane Roriz (PRTB) e Eliana Pedrosa (PPS).

Outro assunto foi a violência contra a mulher. A secretária executiva da Comissão Interamericana de Mulheres da Organização dos Estados Ameri-

canos, Carmen Moreno lembrou a adesão do Brasil, à convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência, em 1994 na II Convenção, realizada no Pará, que foi ratificada em 1995.

Ela obriga o Brasil a incluir em sua legislação normas específicas para tratar do problema. A aprovação da Lei Maria da Penha, de combate à violência doméstica, que vai nessa direção foi destacada pelo presidente Wasny de Roure.

“

O Brasil tem um dos piores índices de toda a América — e isso quando sabemos que a inserção da mulher nos parlamentos faz parte da construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Irune Aguirrezabal, conselheira regional da ONU Mulheres

8,6%
das vagas de
deputados e
vereadores de todo
o País são ocupadas
por mulheres